

PARENTESCO E POLÍTICA NO PODEMOS PARANAENSE (2017-2021)

Nicolas Paes Coelho¹

Resumo: O artigo revisita dados e discussões realizadas na dissertação de mestrado do autor, com o objetivo de caracterizar e comparar o *capital político-familiar* das dezenas líderes à frente da comissão executiva estadual do Podemos no Paraná no período de 2017 a 2021. Através da prosopografia familiar desses agentes, segmentamos o conceito de *capital político-familiar* em dimensões que nos possibilitaram comparar e indicar em cada caso a força e extensão dos vínculos com parentes políticos, contribuindo, assim esperamos, para o debate sobre a influência dos laços familiares na dinâmica política, apontando a existência de diferenças significativas relativas à influência que esse recurso pode exercer numa trajetória política. Os resultados indicaram que, antes do ingresso na direção estadual do partido, nove das dezenas líderes tinham vínculos familiares com agentes que já desempenharam atividades políticas, e que, além disso, as cinco comissões em questão contaram com alguma liderança que tinha pelo menos sete parentes políticos. Agentes oriundos de famílias políticas ainda são uma constante nos espaços políticos, ainda que haja grandes diferenças entre essas famílias, com variações no grau de envolvimento de cada agente com sua própria família política. Concluímos, por fim, que o critério para contabilidade do *capital político-familiar* deve ter amplitude suficiente para captar vários graus de parentesco, pois considerar apenas parentes ascendentes é insuficiente na compreensão das possibilidades de atuação político-familiar.

Palavras-chave: Podemos. Paraná. Parentesco. Capital político-familiar. Prosopografia.

KINSHIP AND POLITICS IN THE PARANÁ PODEMOS (2017-2021)

Abstract: This article revisits data and discussions from the author's master's dissertation, aiming to characterize and compare the *family-political capital* of the sixteen leaders of the Podemos state executive commission in Paraná between 2017 and 2021. Through the family prosopography of these agents, we segmented the concept of *family-political capital* into dimensions that allowed us to compare and indicate in each case the strength and extent of the ties with political relatives, thus contributing, we hope, to the debate on the influence of family ties in political dynamics, pointing to the existence of significant differences regarding the influence that this resource can exert on a political career. The results indicated that, prior to joining the state party leadership, nine of the sixteen leaders had family ties with agents who had already engaged in political activities, and that, in addition, the five commissions in question had at least one leader who had at least seven political relatives. Agents from political families are still a constant in political spaces, although there are great differences between these families, with variations in the degree of involvement of each agent with their own political family. We conclude, finally, that the criterion for accounting for *family-political capital* must be broad enough to capture various degrees of kinship, as considering only ascendant relatives is insufficient in understanding the possibilities of family political action.

Keywords: Podemos. Paraná. Kinship. Family-political capital. Prosopography.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Contato: nicolaspae94@gmail.com

Introdução

Este artigo revisita os dados e as discussões presentes na dissertação de mestrado intitulada “*Família e Política: Capital político-familiar no Podemos paranaense (2017-2021)*”, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. A pesquisa, naquela ocasião, verificou se agentes oriundos de famílias políticas estiveram na direção do Podemos no Paraná de 2017 a 2021. Para isso, se valeu metodologicamente da prosopografia, construindo, num primeiro momento, a biografia coletiva das famílias desses agentes, para em seguida identificar as atividades políticas exercidas pelos membros de suas famílias. Neste artigo discutiremos apenas os aspectos relativos às atividades políticas dos parentes, ou seja, qualquer consulta sobre quem são essas lideranças analisadas, quais relações familiares foram identificadas e qual exatamente a atividade política desempenhada por cada parente, sugerimos uma consulta à própria dissertação (COELHO, 2023).

Pesquisas na área da Sociologia têm indicado tanto a permanência de antigos grupos político-familiares, que atravessaram diferentes conjunturas políticas com membros ocupando postos nas instituições públicas, quanto o aparecimento de novas famílias políticas, atuando de maneira semelhante (OLIVEIRA, 2012; MONTEIRO, 2016). Isso nos leva a considerar a importância da variável “família” nas pesquisas sobre recrutamento e exercício do poder político.

O Podemos é um partido que surge em 2017, a partir da estrutura do antigo Partido Trabalhista Nacional (PTN), realizando uma revisão de estatuto, compondo novos quadros políticos e tentando aumentar o número de filiados. A troca de nome do partido acompanhou as diversas mudanças de nomenclatura pelas quais passavam os partidos políticos no período, alguns removendo a letra “P”, como o Movimento da Democracia Brasileira (ex-PMDB) e o Progressistas (ex-PP), além dos casos em que abandonaram as terminologias convencionais em favor de outras identidades, como é o caso do Avante (ex-PTdoB), Cidadania (ex-PPS) e Patriota (ex-PEN). Mayer (2022) indica que esse movimento visou fugir da rejeição pela qual passam os partidos políticos, aproveitando-se de novas conjunturas para se manterem competitivos no cenário político nacional.

O Partido Trabalhista Nacional (PTN) encontrava-se em atividade desde 1995, ano em que Dorival Masci de Abreu resgatou a sigla do partido e deu início ao domínio da família Abreu na comissão executiva nacional: depois de seu falecimento em 2004, seu irmão José

Masci de Abreu torna-se presidente do partido, posição que ocupa até 2013, quando Renata Abreu – filha de José, sobrinha de Dorival – assume a cadeira e, desde então, lá permanece atuando. Foi, portanto, na gestão de Renata Abreu que o partido trocou de nome e reformulou o estatuto, apresentando-se como um partido adaptado aos novos momentos da política, uma “novidade” em termos de partidos políticos.

Optamos por analisar o Podemos paranaense pela importância do estado do Paraná para o partido, onde ocupou as três cadeiras no Senado Federal de 2020 a 2022, demonstrando que apesar de “surgido” recentemente (em 2017), foi capaz de acessar rapidamente posições importantes na política do estado. Em favor da viabilidade da pesquisa, analisamos apenas presidentes, vice-presidentes e ocupantes de cargos eletivos do partido no Paraná no período de 2017 a 2021. Esse recorte nos é suficiente para compreender os primeiros direcionamentos que a executiva estadual empreendeu em termos de perfil de suas lideranças, mensurando assim a presença de *capital político-familiar* no conjunto de recursos desses agentes.

Temos, portanto, dezesseis agentes que ocuparam essas posições de liderança no Podemos paranaense durante o período em questão: **Joel Malucelli** (presidente de 08/2017 a 03/2018); **Alexandre Lopes Kireeff** (primeiro vice-presidente de 08/2017 a 03/2018; primeiro vice-presidente de 03/2018 a 03/2019; terceiro vice-presidente de 03/2018 a 03/2019); **Adinis Air Colodel** (segundo vice-presidente de 08/2017 a 03/2018; terceiro vice-presidente de 03/2018 a 03/2019); **José Elizeu Chociai** (terceiro vice-presidente de 08/2017 a 03/2018; primeiro vice-presidente de 03/2018 a 03/2019; segundo vice-presidente de 03/2018 a 03/2019); **Augustinho Zucchi** (presidente de 03/2018 a 03/2019); **Suzana do Rocio Colaço Ferreira Leite** (segundo vice-presidente de 03/2018 a 03/2019); **Marcelo Beltrão de Almeida** (presidente de 03/2019 a 10/2019); **Paulo Roberto da Costa** (primeiro vice-presidente de 03/2019 a 10/2019; deputado estadual de 2019 a 2022); **Alvaro Fernandes Dias Filho** (segundo vice-presidente de 03/2019 a 10/2019); **Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho** (presidente de 11/2019 a 11/2021; presidente de 11/2021 a 02/2022); **João Batista Coelho de Souza Furlan** (vice-presidente de 11/2019 a 11/2021; vice-presidente de 11/2021 a 02/2022); **Sergio Fernando Moro** (vice-presidente de 11/2021 a 02/2022); **Deltan Martinazzo Dallagnol** (segundo vice-presidente de 11/2021 a 02/2022); **Alvaro Fernandes Dias** (senador da República de 2015 a 2022); **Oriovisto Guimarães** (senador da República de 2019 a 2026); **Flávio José Arns** (senador da República de 2019 a 2026).

Evidentemente, o poder político do partido não está concentrado unicamente nessas figuras, podendo mesmo ser controlado por agentes externos à organização (PANEBIANCO, 2005). Ou ainda, no limite, decisões da comissão executiva nacional também podem se sobrepor aos interesses das lideranças estaduais do partido. Contudo, em último caso, quem ratifica as decisões em âmbito regional são os membros do diretório regional e da comissão executiva, ou seja, nada acontece no estado sem o consentimento desses agentes.

Ainda que a desconfiança das pessoas com os partidos políticos seja alta (VAN BIEZEN, 2003; MAIR, 2003), a filiação partidária ainda é requisito indispensável a quem queira participar das disputas políticas. Em termos de recrutamento, os partidos políticos operam como filtros, podendo barrar ou priorizar certos candidatos, filiados ou lideranças no interior de sua organização. Portanto, verificar quem tem sido credenciado a liderar o partido – situando-os, conforme nossos interesses, em seus contextos familiares – contribui para o entendimento de uma parte do processo de recrutamento partidário. Nossa pesquisa não indica uma relação causal entre *capital político-familiar* e o recrutamento para o cargo de liderança no estado, mas é capaz de indicar a posse desse recurso (parentesco com políticos) e analisar caso a caso suas especificidades, o que torna possível pelo menos supor sua intensidade e seu alcance enquanto um recurso politicamente pertinente, bem como permite a comparação de casos.

Neste artigo, conforme indicamos, discutiremos apenas as atuações políticas dos parentes dessas lideranças a partir dos dados já levantados na dissertação. Cientes de que a definição de família “é uma grande discussão sociológica, jurídica, política, antropológica, filosófica” (OLIVEIRA, 2018, p. 28), adotamos como critério para contabilização do *capital político-familiar* a consideração de familiares ascendentes e descendentes diretos, além de cônjuges, cunhados, irmãos, tios, sobrinhos, primos, padrastos/madrastas, sogros e genros que em algum momento tenham ocupado cargos eletivos ou em secretarias/ministérios.

Assim, o que buscamos fazer foi segmentar o conceito de *capital político-familiar* em dimensões que nos permitem comparar caso a caso: a) número de parentes políticos e o grau de parentesco; b) número de mandatos dos parentes políticos por âmbito federativo; c) mandatos por lado da família; d) período dos mandatos de parentes políticos; e) tamanho populacional dos municípios que contaram com mandatos de parentes; f) região dos municípios que contaram com mandatos de parentes; g) eleições disputadas por parentes desde a redemocratização.

Sobre a relação Família x Política

A importância da organização familiar na estruturação da sociedade brasileira já era há muito discutida direta ou indiretamente pelos clássicos da sociologia nacional nas décadas de 1930 a 1950, como Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Cândido, cada qual com seus próprios objetivos, mas todos indicando a centralidade da organização familiar na formação nacional. Contudo, após esse período, Canêdo (2002) afirma que os estudos sobre parentesco e política perdem força no país. Nas palavras da autora:

A visão institucionalizada da política nega o caráter operatório dos laços familiares no universo político contemporâneo. No meu entender, tal fato, no âmbito da produção histórica e sociológica brasileira, se deve a uma acomodação do objeto depois da publicação dos trabalhos clássicos da década de 30, em especial o de Oliveira Vianna O idealismo da Constituição, e o de Sérgio Buarque de Holanda Raízes do Brasil. Os estudiosos que os seguiram ao invés de transformar os estudos clássicos em pontos de partida para trabalhos mais instigantes, os transformaram em referências rotinadas, voltando-se para as tradições do estudo dos partidos políticos, utilizando referências europeias. Melhor dizendo, numa sociedade que, como a brasileira, se modernizava, desenvolvia o seu parque industrial, com partidos nacionais atuando no Parlamento, pensou-se como mais importante classificar esses partidos do que refletir sobre o incômodo problema levantado pelos textos daqueles que pensaram o Brasil da década de 30. A relação parentesco e política foi relegada para a micro sociologia e para a antropologia, a fim de assinalar uma especificidade local, arcaísmo bem conhecido. Na verdade, uma maneira de proclamar a impossibilidade de esta relação se produzir numa sociedade moderna. (CANÊDO, 2002, nota de rodapé nº 3, p. 170).

Essa problemática permanece, portanto, até a década de 1990 sem grandes avanços, quando, segundo Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), é retomada por autores como Canêdo (1994; 1995), Oliveira (1993; 1995) e, na década seguinte, Grill (2004; 2008). A partir de então, só cresce o número de trabalhos preocupados com as conexões entre a estrutura de parentesco e o poder político no Brasil, indicando que parentes políticos podem assegurar a um indivíduo certa familiaridade com os espaços e as dinâmicas da política, bem como podem transmitir-lhe benefícios reputacionais acumulados pela família, operando, dessa forma, como potencializadores de candidaturas e trajetórias políticas.

A obra teórica de Pierre Bourdieu também tem influenciado autores que se preocuparam em investigar a temática. Nesse sentido, compreendem que possuir parentesco

com agentes políticos pode funcionar como um recurso social politicamente pertinente, ou seja, uma forma de *capital* no *campo político* (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; MONTEIRO, 2016).

[...] trata-se de um “capital” exatamente porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (seu sobrenome), uma visibilidade derivada do parente mais importante e, em especial, uma rede de contatos com outros operadores políticos, de cabos eleitorais e dirigentes partidários a financiadores de campanha e jornalistas, que podem favorecer sua própria carreira. (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 721- 722).

O “parentesco com políticos”, sendo compreendido enquanto uma forma de *capital* e, portanto, um recurso social cumulativo, dificilmente é mobilizado de maneira isolada por um agente, fazendo parte de um conjunto de outros recursos politicamente pertinentes, tais como *capital econômico*, exposição midiática, vinculação a algum tipo de organização etc. Em outras palavras, o indivíduo poderá se apoiar em maior ou menor grau nesse tipo de recurso e o combinará com mais ou menos recursos distintos, de modo a apresentar ao eleitorado e aos seus pares políticos um conjunto mais ou menos variado de fontes de legitimidade para sua atuação na política.

Como toda forma de *capital*, ele é desigualmente distribuído no espaço social, havendo desde indivíduos que não dispõe de nenhum parente político, até indivíduos que fazem parte de uma ampla rede político-familiar com alcance no âmbito nacional. É preciso reconhecer, também, que a força de uma relação de parentesco na política dependerá do próprio alcance da atuação política de seus parentes, ou seja, conforme a posição desse agente no campo político, pouco ou nada seus parentes têm a contribuir para beneficiá-lo. O que não podemos perder de vista, contudo, é que mesmo uma pequena rede político-familiar ou um parente político isolado pode mobilizar votos importantes em eleições locais ou regionais, favorecendo assim um familiar seu com melhor posição no mundo político.

Miguel, Marques e Machado (2015) avaliaram as trajetórias políticas e os possíveis recursos utilizados como fontes de capital político dos deputados federais eleitos nas três primeiras eleições do século XXI no Brasil e, dentre algumas possibilidades apontadas pelos autores, encontra-se o que chamaram de *capital familiar*, definindo-o como sendo “a existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política” (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 721), que operaria “pela convivência cotidiana com as transações da política, facilitando o acesso aos códigos do *métier* e às redes de compromissos e lealdades”

(Ibidem, p. 727), bem como “também pela formação de clãs políticos” (Ibidem). Os autores trabalham com o conceito de modo a não considerar a perspectiva do parentesco de longa duração, ou seja, não contabilizam os parentescos políticos distantes, sob o entendimento de que, em termos de significativa contribuição para a carreira política, “um pai ou cônjuge na política tem muito mais chance de preencher esse requisito do que um primo em segundo grau, um tio-avô ou um trisavô” (Ibidem, p. 728).

Também a partir do aparato conceitual de Pierre Bourdieu, mas considerando os parentescos políticos genealogicamente distantes, Monteiro (2016) analisa a continuidade de grupos político-familiares na Paraíba e os recursos sociais por eles acumulados no período de 1985 a 2015, operando com o conceito de *capital político-familiar*, entendido como “uma espécie de capital político que se desdobra simbolicamente pela força exercida pela ‘palavra de ordem’ família” (MONTEIRO, 2016, p. 26). Segundo o autor:

É uma espécie de capital simbólico que se constitui a partir da herança material e simbólica do grupo familiar. Consiste em um distintivo que se transforma em patrimônio simbólico que sutilmente se transmite de forma legítima no espaço social para os herdeiros – que podem ser parentes consanguíneos ou não, desde que pertençam e sejam legitimados pelo grupo familiar, a partir de uma identidade construída historicamente pelo grupo. (MONTEIRO, 2016, p. 26).

Trabalhamos aqui com a noção *capital político-familiar*, de Monteiro (2016), por considerar a perspectiva de longa duração na contabilização dos parentescos políticos de um agente, afinal, Canêdo (1994) já argumentava corretamente sobre a capacidade de políticos se aproveitarem de legados cultivados durante décadas por seus familiares políticos, não sendo raras as menções aos nomes de parentes geneologicamente distantes em campanhas e eventos, bem como o uso de seus nomes em espaços públicos e instituições.

Capital político-familiar no Podemos paranaense de 2017 a 2021

As tabelas a seguir trazem informações sobre os parentes das lideranças do Podemos paranaense que já desempenharam alguma atividade em cargos políticos eletivos e secretarias/ministérios. Evidentemente, contabilizamos apenas os indivíduos que a pesquisa foi capaz de identificar a relação de parentesco, ou seja, é possível – e provável – que haja sub-representação em alguns casos, onde o vínculo de parentesco não foi comprovado. Como o

interesse da pesquisa é analisar o *capital político-familiar* no momento de ingresso no partido, consideramos apenas os familiares que já exerciam atividade política antes do ingresso no partido e não nos preocupamos com os casos em que os familiares ingressaram posteriormente na política. Para uma consulta precisa sobre cada parente político representado nas tabelas, verificar a dissertação que deu origem ao artigo (COELHO, 2023).

A primeira tabela busca verificar o tamanho do grupo político-familiar de cada liderança, trazendo o número de parentes com atividade política e o grau de parentesco, o que nos permite perceber quanto a atividade política engajou membros de uma mesma família. É preciso ter em mente que o número de parentes políticos por si só pode não dizer muito a respeito da força política de uma família, pois, a depender dos cargos ocupados, uma pequena família política pode concentrar mais poder que uma família política extensa.

TABELA 1- NÚMERO DE PARENTES QUE OCUPARAM CARGOS POLÍTICOS E O GRAU DE PARENTESCO

NOME	Pais	Irmãos	Tios	Primos	Avós	Tios-avôs	Bisavôs	Genros	Padrasto	Outros	Total
Joel Malucelli								1		1	2
Alexandre Kireeff											0
Adinis Air Colodel	1	2	1		2	1	2				9
José Elizeu Chociai											0
Augustinho Zucchi		3									3
Suzana Leite											0
Marcelo Almeida			3		1	1	1		1		7
Galo											0
Alvaro Dias Filho	1		1				1				3
César Silvestri Filho	2		3	1	2				3		11
Tita Furlan		1	1	2							4
Sergio Moro											0
Deltan Dallagnol									1		1
Alvaro Dias		1									1
Oriovisto Guimarães											0
Flávio José Arns											0

Fonte: COELHO (2023).

Não foram identificados parentescos com políticos em 7 dos 16 casos pesquisados.

César Silvestri Filho, Adinis Colodel e Marcelo Almeida são, respectivamente, os agentes que mais possuem parentes que exerceram atividade política. O caso de Adinis Colodel é interessante por se tratar do único agente que possui pai, avôs e bisavôs políticos, ou seja, consta atividade política entre os parentes ascendentes de primeiro, segundo e terceiro grau. Semelhante é o caso de Silvestri Filho, que consta atividade política com pai, mãe, avô, trisavôs e tetravôs, estando estes dois últimos representados na categoria “Outros”. De fato, o caso que mais chama atenção nessa tabela é o de Silvestri Filho, porque além de uma rede extensa de parentesco – mencionada pelo mesmo em algumas ocasiões –, possui pai e mãe com atividade política, o que significa que seu *capital político-familiar* se apoia também no núcleo familiar mais íntimo. Nesse sentido, na tabela, chama a atenção também o caso do Augustinho Zucchi, com um *capital político-familiar* apoiado exclusivamente nos seus três irmãos. Por fim, observamos que os tíos aparecem como fonte de *capital político-familiar* em um bom número dos casos, o que reforça a importância de considerar outros parentescos que não apenas os ascendentes e descendentes.

A próxima tabela traz o número de mandatos exercidos por familiares e segmenta-os conforme o nível federativo de atuação, o que nos permite compreender se o capital político-familiar do agente esteve atuante em localidades ou se foi capaz de ganhar proporção nos âmbitos estaduais e/ou federal.

TABELA 2 – NÚMERO DE MANDATOS POLÍTICOS DA FAMÍLIA E NÍVEL FEDERATIVO

NOME	MUNICIPAL			ESTADUAL			FEDERAL			TOTAL
	pref./vice	secretário	vereador	gov / vice	Secretário	dep. est.	senador	ministro	dep. fed.	
Joel Malucelli	1				1					2 4
Alexandre Kireeff										0
Adinis Air Colodel	2	4	7							13
José Elizeu Chocai										0
Augustinho Zucchi	1	1	6							8
Suzana Leite										0
Marcelo Almeida	1		6		5	4	1	1		18
Galo										0
Alvaro Dias Filho			2	1	2	1	6		2	14
César Silvestri Filho	6	4	6		2	21			3	42

Tita Furlan			2		2	2		2	1	9
Sergio Moro										0
Deltan Dallagnol		2								2
Alvaro Dias					2		2			4
Oriovisto Guimarães										0
Flávio José Arns										0

Fonte: COELHO (2023).

Se antes vimos que Colodel possuía um bom número de parentes políticos, agora percebemos que a atuação política destes não foi capaz de romper o limite do âmbito municipal, ou seja, um trata-se de um *capital político-familiar* de influência restrita. Diferente é o caso de Silvestri Filho, que possui parentela com 42 mandatos, mais que o dobro do segundo lugar, Marcelo Almeida (18 mandatos de parentes), além do fato de terem alcançado o âmbito federal, e mantido forte presença também no estadual. É preciso ressaltar que esses números de Silvestri Filho correspondem em boa medida à atuação política dos seus trisavôs Romualdo Baraúna e Frederico Guilherme Virmond, em um período em que os mandatos de deputado estadual eram bienais. Zucchi, assim como Colodel, possui um *capital político-familiar* restrito ao âmbito municipal, e no caso de Marcelo Almeida, vemos boa presença municipal e estadual, além de modesta presença no federal.

Já no caso de Alvaro Dias Filho, 8 dos 14 mandatos ocorreram no nível federal, principalmente pela atuação de seu pai Alvaro Dias e seu tio Osmar Dias, o que representa um caso interessante de um número considerável de mandatos de importância elevada concentrados em poucos agentes, tornando seu *capital político-familiar* mais relevante que de outros agentes com elevado número de parentes políticos, tal como Colodel. Por fim, ressaltamos que o *capital político-familiar* de Tita Furlan também se mostra disperso nos três níveis federativos, apesar dos poucos parentes políticos que possui.

Se tirarmos uma média de mandatos por membros da família podemos pensar na concentração do *capital político-familiar* de cada agente. Respectivamente, a maior concentração se verifica da seguinte forma: Alvaro Dias Filho, com 4,66 mandatos por parente, seguido de Alvaro Dias (4,0), Silvestri Filho (3,72), Zucchi (2,66), Marcelo Almeida (2,57), Tita Furlan (2,25), Joel Malucelli e Deltan Dallagnol (2,0) e Adinis Colodel (1,44).

Na próxima tabela verificamos se os mandatos dos parentes advêm do lado materno, paterno ou de outra forma de parentesco, de modo a identificar se há alguma significativa diferença.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS MANDATOS DE PARENTES POLÍTICOS POR LADO DA FAMÍLIA

NOME	PATERNO				MATERNO				OUTROS			
	Nº parentes	Mun	Est	Fed	Nº parentes	Mun	Est	Fed	Nº parentes	Mun	Est	Fed
Joel Malucelli	1	1	1						1			2
Alexandre Kireeff												
Adinis Air Colodel	4	4			3	3			2	6		
José Elizeu Chocai												
Augustinho Zucchi									3	8		
Suzana Leite												
Marcelo Almeida	2	6		1	5	1	9	1				
Galo												
Alvaro Dias Filho	2	1	4	8	1	1						
César Silvestri Filho	4	5	6	3	7	11	17					
Tita Furlan	3	2	2	3					1	0	2	
Sergio Moro												
Deltan Dallagnol	1	2										
Alvaro Dias									1		2	2
Oriovisto Guimarães												
Flávio José Arns												

Fonte: COELHO (2023).

Verificamos *capital político-familiar* advindo do lado paterno em sete dos dezesseis casos, enquanto o lado materno sustenta o *capital político-familiar* em quatro casos, mas nunca isoladamente, constando sempre como acompanhado de parentes políticos no lado paterno. Marcelo Almeida e Silvestri Filho, contrariando em parte essa tendência de sobreposição do lado paterno, possuem mais parentes e mais mandatos do lado materno, enquanto Colodel apresenta certo equilíbrio entre um lado e outro da família. O que verificamos, portanto, foi certo predomínio do lado paterno, mas nada tão marcante. A próxima tabela considera o *capital político-familiar* ao longo das conjunturas políticas do país, verificando desde o período

imperial até a Nova República, o que permite a comparação da longevidade desse recurso em cada caso, bem como identificações de oscilações no tempo. Ao avaliar essa tabela é preciso considerar que o status relativo à categoria de “político” sofreu variações ao longo do tempo, o que implica que atuar politicamente no período imperial ou na Velha República significava o pertencimento a um grupo restrito, ou, em outros termos, à classe dominante. Não queremos aqui sugerir a equivalência da atuação política de um parente nesses períodos com períodos mais recentes, mas apenas constatar o alcance da atuação político-familiar nos âmbitos federativos ao longo dos períodos.

TABELA 4 – PERÍODO QUE A FAMÍLIA OCUPOU CARGO POLÍTICO

NOME	Brasil Império (1822-1889)			República Velha (1889-1930)			Era Vargas (1930-1945)			República Populista (1946-1964)			Ditadura Militar (1964-1985)			Nova República (1985-Atual)				
	Nº pare ntes	Mandat os		Nº pare ntes	Mandato s		Nº pare ntes	Manda tos		Nº pare ntes	Mandatos		Nº pare ntes	Mandato		Nº pare ntes	Mandato			
		M	E		M	E		M	E		M	E		M	E		M	E	F	
Joel Malucelli																	2	1	1 2	
Alexandre Kireeff																				
Adinis Air Colodel								2	2			2	2		3	3		2	6	
José Elizeu Chocai																				
Augustinho Zucchi																	3	8		
Suzana Leite																				
Marcelo Almeida				2	7		1	1							1		1	3	6 2 1	
Galo																				
Alvaro Dias Filho					1	1									1	1	1 3	2	3 5	
César Silvestri Filho	2	3	2	3	3	1	3					2	3	1		1	1	1	6 6 7 2	
Tita Furlan																1	2	2	4 2 3	
Sergio Moro																				
Deltan Dallagnol																	1	2		

Alvaro Dias														1	2	2
Oriovist o Guimarã es																
Flávio José Arns																

Fonte: COELHO (2023)

Ao avaliarmos a dimensão da temporalidade, percebemos que o único caso em que não ocorreu aumento no número de parentes políticos na Nova República é o de Adinis Colodel, ainda que tenha havido aumento no número de mandatos de seus familiares, concentrando mais mandatos em um número reduzido de parentes. Nesse sentido, todos os demais casos em que constam parentescos políticos verificamos um aumento no número de agentes pós-redemocratização.

Silvestri Filho representa o caso com *capital político-familiar* mais longínquo, com parentes políticos ainda no período imperial, que permanecem atuantes na Velha República com bom número de mandatos no âmbito estadual. Essa perpetuação é interrompida no período da Era Vargas, quando nenhum parente político consta como atuando. Depois disso, na República Populista e durante a Ditadura Militar volta a constar atuação política dos parentes, condição que aumenta consideravelmente após a Nova República, com seis parentes com quinze mandatos em todos os níveis federativos.

A longevidade do *capital político-familiar* de Marcelo Almeida também é considerável, sendo a Velha República o período mais remoto com atividade política dos parentes. Não há registros durante a República Populista, mas nos períodos posteriores há parentes políticos seus atuando, com destaque ao período da República Nova quando alcançaram os três âmbitos federativos. Já no caso de Alvaro Dias Filho, seu parente político mais antigo remete ao período da República Velha, mas trata-se de um único parente com um mandato municipal, o que nem se compara a atuação político-familiar vivenciada após a Ditadura Militar, quando seu pai inicia na vida política, consolidando-se com destaque no período da Nova República, quando também seu tio Osmar Dias adentra o mundo político.

Colodel, por sua vez, possui parentes políticos desde a Era Vargas, com atuação em todos os períodos políticos posteriores, mas com a limitação de nunca terem alçado cargos que não fossem municipais, mesmo com o aumento no número de parentes políticos pós-

redemocratização. Já Tita Furlan possui parentes políticos desde a Ditadura Militar, com atuação nos níveis municipal e estadual e, depois do período da Nova República, chega a quatro parentes políticos com atuações nos níveis estadual e federal. Joel Malucelli, Augustinho Zucchi, Alvaro Dias e Deltan Dallagnol contaram com parentes políticos apenas após a Nova República.

A próxima tabela foca apenas nos mandatos municipais, de modo que identifiquemos a força do *capital político-familiar* nas bases locais, estratificando os municípios por tamanho populacional com base na estimativa do IBGE (2021). Essa estratificação se faz necessária na medida em que há diferenças significativas entre atuações políticas em pequenos e grandes municípios. Alguns parentes políticos foram pioneiros em cidades que hoje comportam grande população, mas na época de sua atuação essa população era reduzida. Contudo, mantemos a classificação com base no IBGE (2021) na medida em que a influência do *capital político-familiar* nesses casos tem impacto considerável nessas localidades, chegando a confundir a trajetória da família com a do município (CANÊDO, 1994).

TABELA 5 – MANDATOS MUNICIPAIS DOS PARENTES POR TAMANHO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO (IBGE, 2021)

NOME	Até 50 mil hab.	50-100 mil hab.	100-200 mil hab.	200-300 mil hab.	300-400 mil hab.	Mais de 400 mil hab.
Joel Malucelli	1					
Alexandre Kireeff						
Adinis Air Colodel			13			
José Elizeu Chociai						
Augustinho Zucchi	8					
Suzana Leite						
Marcelo Almeida						7
Galo						
Alvaro Dias Filho					1	1
César Silvestri Filho			15			
Tita Furlan		2				
Sergio Moro						
Deltan Dallagnol						2
Alvaro Dias						
Oriovisto Guimarães						

Flávio José Arns

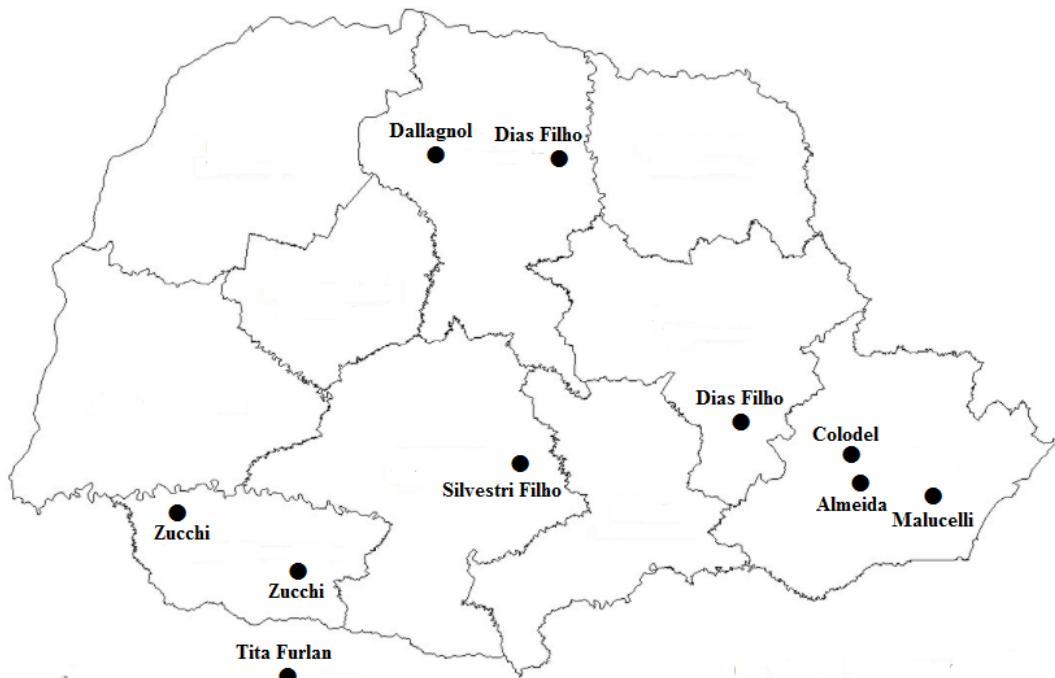
Fonte: COELHO (2023)

Considerando todas as bases locais do *capital político-familiar* das lideranças, a que mais chama a atenção é a de Marcelo Almeida, que soma sete mandatos de familiares exercidos em Curitiba. Além de Almeida, apenas Dallagnol e Alvaro Filho contaram com atuação política de parentes em municípios maiores que 400 mil habitantes: dois mandatos de secretário municipal em Maringá no primeiro caso e um mandato de vereador em Londrina no segundo. Ainda que Dallagnol tenha um único parente político, trata-se de uma atuação na terceira maior cidade do Paraná, o que não deve ser desprezado na análise de seu *capital*.

Colodel representa um caso interessante, pois mesmo que a família não tenha rompido o âmbito municipal, concentraram treze mandatos em Almirante Tamandaré, número relativamente alto, o que o faz ter um *capital político-familiar* mais intenso que o de Zucchi, por exemplo, que também não rompeu o nível do município, contando com oito mandatos em municípios de menor porte. Por fim, chama a atenção o caso de Silvestri Filho, com quinze mandatos em Guarapuava, um município importante e de porte considerável no estado, demonstrando a força da família na localidade.

Agora analisaremos uma figura que traz a distribuição da atuação municipal dos parentes políticos por região do Paraná, o que nos permite observar se houve uma ou mais regiões que tenham sido reduto da atuação política dessas lideranças.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARENTES POLÍTICOS POR REGIÃO DO PARANÁ



Fonte: COELHO (2023)

Duas das lideranças analisadas possuem parentes políticos em mais de uma cidade, a saber, Alvaro Dias Filho em Ponta Grossa e Londrina, e Zucchi em Itapejara D’Oeste e Realeza. Na medida em que Zucchi foi prefeito de Pato Branco, município próximo dos de seus parentes, é possível concluir sobre a força da atuação político-familiar na região. Os demais casos contam com parentescos políticos em um único município. O único agente com parentes atuando na política municipal de fora do Paraná é Tita Furlan, que conta com uma atuação em Concórdia/SC. Frisamos, por fim, que os municípios com as quatro maiores populações do Paraná (Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa) tiveram atividade política dos parentes das lideranças do Podemos paranaense.

Nossa última tabela busca verificar a força do *capital político-familiar* de cada agente nas eleições disputadas pós-redemocratização. Consideramos apenas as eleições posteriores a esse período em razão da confiabilidade das informações disponíveis, pois para períodos anteriores os registros não são tão precisos, o que nos traria grandes distorções na análise dos resultados. Nosso intuito é constatar se essa forma de *capital* continua atuante em cada caso, se é constantemente colocada à prova eleitoralmente e se tem um aproveitamento relevante, pois poucas derrotas em eleições podem significar cálculos eleitorais assertivos, indicando uma atuação político-familiar planejadamente segura.

TABELA 6 – PARENTES DISPUTANDO ELEIÇÕES DESDE 1985

NOME	Nº Parentes	MUNICIPAIS			Nº Parentes	ESTADUAIS			Nº Parentes	FEDERAIS		
		Eleito	Não Eleito/Suplência	Total		Eleito	Não Eleito/Suplência	Total		Eleito	Não Eleito/Suplência	Total
Joel Malucelli				0				0	1	2		2
Alexandre Kireeff				0				0				0
Adinis Air Colodel	3	2	5	7				0				0
José Elizeu Chocai				0				0				0
Augustinho Zucchi	3	7		7				0				0
Suzana Leite				0				0				0
Marcelo Almeida	2	4	3	7				0	1	1	1	2
Galo				0				0				0
Alvaro Dias Filho				0	2	1	2	3	2	5		5
César Silvestri Filho	2	2	3	5	2	4	1	5	1	3		3
Tita Furlan				0				0	1	2	3	5
Sergio Moro				0				0				0
Delta Dallagnol				0				0				0
Alvaro Dias				0	1		2	2	1	2		2
Oriovisto Guimarães				0				0				0
Flávio José Arns				0				0				0

Fonte: COELHO (2023)

Silvestri Filho é o agente que possui mais parentes disputando eleições desde a redemocratização, o que indica serem atualmente a família política mais atuante. Destaca-se na tabela o desempenho municipal dos familiares de Zucchi, bem como o estadual dos familiares de Silvestri Filho e o federal dos familiares de Dias Filho (venceram as cinco disputas para o Senado que disputaram no período).

Uma percepção de que a família de Colodel “domina” o município de Almirante Tamandaré poderia ter sido sugerida nas tabelas anteriores, mas agora pode ser questionada a partir dessas informações, pois contam com cinco derrotas e apenas duas vitórias nas eleições

do período. Tita Furlan, por sua vez, conta com um parente que disputou eleições, concentrando os esforços no nível federal e acumulando mais derrotas que vitórias. Já Joel Malucelli, teve um parente com duas participações exitosas nas eleições do âmbito federal. Por fim, destaca-se que Marcelo Almeida, ainda que membro de famílias com tradição política no Paraná, não contou com parentes disputando cargos no estado, apenas em pleitos municipais e federais, saindo vencedores na maior parte das vezes.

Caracterização de cada *capital político-familiar* analisado

O *capital político-familiar* de **Joel Malucelli** não possui longevidade na política do estado, tendo sido acumulado pós-redemocratização, incluindo apenas dois familiares com quatro mandatos, número muito inferior ao comparado com outras lideranças do Podemos paranaense. Contudo, não se trata de um capital sem importância, pois suas atuações atingiram os três níveis federativos. Contando com apenas um mandato municipal, não possui uma base local sólida a ponto de indicarmos a presença de um reduto político-familiar. Seu genro João Arruda foi o único parente que disputou eleições pós-redemocratização, com bom aproveitamento eleitoral, elegendo-se duas vezes para a Câmara dos Deputados. A partir desse conjunto de dados, consideramos que seu *capital político-familiar* é incipiente, mas com potencial de crescimento, principalmente em razão da atuação de seu jovem genro.

O *capital político-familiar* de **Adinís Colodel** encontra respaldo em nove parentes políticos, número relativamente alto, mas que, por outro lado, não conseguiu romper o limite da municipalidade, permanecendo atuando sempre em Almirante Tamandaré, onde já passaram pela prefeitura, câmara dos vereadores e secretarias municipais. Essa forma de *capital* vem aqui sendo cultivada ininterruptamente desde a Era Vargas, com um pequeno fortalecimento no período do regime militar e um considerável crescimento após a redemocratização. O sucesso eleitoral dos parentes que dão suporte ao seu *capital político-familiar* é baixo, tendo em vista que dos sete pleitos disputados saíram vencedores em dois. Os lados materno e paterno da família tiveram atividade política, mas foram seus irmãos quem consolidaram o grupo familiar no município. Diante dessas considerações, cremos que seu *capital político-familiar* é forte no nível municipal, e dada a atividade política de parentes, pode nos próximos pleitos ascender ao âmbito estadual.

O *capital político-familiar* de **Augustinho Zucchi** advém da atuação política de três irmãos em Realeza e Itapejara D’Oeste, somando oito mandatos que não superaram o limite municipal. É perceptível a formação de um reduto eleitoral da família nessas regiões, ainda mais quando nos atentamos que o próprio Zucchi foi prefeito de outro município vizinho, a saber, Pato Branco. Isso, somado ao fato de terem um excelente aproveitamento eleitoral, vitoriosos em todos os pleitos, nos indica a força política do grupo na região. Seu *capital político-familiar* nos parece fraco quando comparado às posições alcançadas pelo próprio Zucchi, mas talvez aqui estejamos subestimando a longevidade que o sustenta, afinal políticos com o mesmo sobrenome estiveram atuando na mesma região que seus parentes, mas como o grau de parentesco não nos foi possível apontar, os desconsideramos.

Marcelo Almeida possui um *capital político-familiar* sustentado por sete parentes com dezoito mandatos e presença nos três âmbitos federativos. É oriundo principalmente do lado materno e, em termos de longevidade, possui raízes ainda da Velha República. Nesse sentido, o que também impressiona é que apesar dessa antiguidade, seu *capital* ganha força pós-redemocratização. Em termos de base local, o que sustenta são seis vereanças e uma prefeitura na capital do estado. Seu *capital político-familiar* foi posto à prova desde 1985 para cargos municipais e federais, saindo vitorioso na maioria dos casos, contudo, na medida em que atualmente seus parentes políticos já são falecidos, tendemos a crer que seu *capital político-familiar* está em vias de enfraquecimento.

Alvaro Dias Filho é o agente que possui o *capital político-familiar* mais forte e concentrado, cujos mandatos dos parentes alcançaram os principais postos políticos no Paraná. Quanto à longevidade, seu *capital* tem presença na Velha República, mas com pouca expressividade em razão de ser um único mandato de vereador em Ponta Grossa que acabou por não apresentar continuidade. Essa forma de *capital*, em seu caso, passa a ser acumulada a partir da Ditadura Militar, concretizando sua força no período da Nova República e, em termos de atuação local, esse capital é incipiente, resultado da rápida ascensão dos parentes aos outros âmbitos federativos. Eleitoralmente, demonstraram 100% de aproveitamento nas cinco eleições para senador pós-1985, mas duas derrotas para o governo do estado, situação que delimita bem a atuação política desse grupo familiar, atuante principalmente no legislativo. Consideramos que o capital político-familiar de Alvaro Filho representa um dos mais fortes dentre as lideranças analisadas, principalmente por concentrar mandatos importantes em poucos parentes que são genealogicamente próximos, caso de seu pai e seu tio.

O *capital político-familiar* de **Cesar Silvestri Filho** é o sustentado pelo maior número de parentes e maior número de mandatos, demonstrando que a política foi uma prática recorrente nas famílias que compõem sua genealogia, principalmente do lado materno. Destaca-se o fato de que seu pai e sua mãe atuaram politicamente. Em termos de alcance, atingiu o âmbito federal, mas se consolidou no estadual e municipal (Guarapuava). Trata-se do *capital político-familiar* cultivado a mais tempo, com forte presença ainda no período da Velha República, mas também bem amparado na Nova República, contando com seis parentes e quinze mandatos, nos três âmbitos federativos. Nas eleições posteriores a 1985 tiveram bom aproveitamento quando disputaram os níveis estadual e federal. A partir desse conjunto de dimensões, consideramos seu *capital político-familiar* como sendo um dos mais relevantes em comparação às demais lideranças, com indícios de continuidade a partir da atuação política de sua mãe Cristina Silvestri.

Tita Furlan tem um *capital político-familiar* fraco quando comparado aos demais, além de disperso em parentes que não atuam conjuntamente. Ainda assim, é sustentado por quatro parentes com nove mandatos nos três níveis federativos, com destaque às atuações dos primos como ministros do executivo federal. Seu *capital* advém do período do regime militar e se amplia no período da Nova República, não tendo base local no Paraná, apenas no município de Concórdia, em Santa Catarina, o que não indica a formação de um reduto político-eleitoral. Quanto ao aproveitamento eleitoral de seu *capital político-familiar* desde 1985, verificamos sucesso apenas em dois dos cinco pleitos disputados. A partir dessas informações, consideramos que as atuações políticas dos parentes não parecem coordenadas entre si, o que não caracteriza um grupo político-familiar tal como nos casos de Colodel e Silvestri Filho.

O *capital político-familiar* de **Deltan Dallagnol** é sustentado pela atuação de um único parente, seu primo de segundo grau Jaime Dallagnol, e limita-se ao âmbito municipal, o que indica ser pouco significativo quando comparado à própria posição que Deltan Dallagnol alcançou. Essa forma de *capital* não foi testada em eleições até o ingresso de Dallagnol no Podemos, pois o parente político atuou como secretário municipal em Maringá, ou seja, sem disputa de pleito. As informações do lado materno são escassas e, por isso, talvez os números sejam subestimados, mas não há indícios de que seu *capital político-familiar* seja relevante para sua atuação política, ainda que não deva ser subestimado ou desconsiderado.

Alvaro Dias cultiva um pequeno e importante *capital político-familiar* que, em alguma medida, ele próprio ajudou a desenvolver, principalmente com os incentivos à atuação

de seu irmão Osmas Dias, que venceu dois pleitos para o Senado e perdeu outros dois para o governo do estado do Paraná, demonstrando a atuação ambiciosa desse agente. O *capital político-familiar* de Alvaro Dias ainda encontra possibilidade de perpetuação, seja pela atuação do próprio Osmar ou pela conexão genealógica importante representada pelo seu genro, que é neto do ex-governador e ex-senador Ney Braga.

Conclusões

As conexões possíveis entre as estruturas de parentesco e o poder político no Brasil já eram discutidas pelos clássicos da Sociologia. Um ponto a ser observado é que mesmo nas décadas seguintes, com a modernização do país, essa dinâmica de influência do privado no público não foi suplantada e, em alguns casos, grupos político-familiares se fortaleceram nas novas conjunturas políticas. Nesse sentido, o que buscamos identificar foi se agentes oriundos de famílias políticas estiveram ocupando postos de liderança no Podemos do Paraná no período de 2017 a 2021.

O Podemos paranaense teve agentes oriundos de famílias políticas em todas as comissões executivas estaduais no período analisado. As cinco comissões em questão contaram com pelo menos um agente que possuía parentescos com no mínimo sete políticos, sejam distantes ou próximos, número significativo. Entre os três senadores do partido, apenas Alvaro Dias possuía *capital político-familiar* no momento de ingresso no partido. A segmentação do conceito de *capital político-familiar* em dimensões nos permitiu comparar e avaliar com maior precisão caso a caso, demonstrando a existência de diferenças consideráveis na posse dessa forma de *capital*. Evidentemente, existem diferentes graus de envolvimento dessas lideranças com seus parentes políticos, havendo os que se apoiam fortemente nesses laços (Cesar Silvestri Filho e, possivelmente, Adinis Air Colodel), outros que possuem relativa independência desses laços (Zucchi, Tita Furlan e, de certa forma, Marcelo Almeida e Alvaro Dias) e, por fim, há os que possuem poucos parentes políticos e parecem não depender tanto desses vínculos (caso de Deltan Dallagnol).

A prosopografia tem certas limitações e não nos foi capaz de fornecer informações completas acerca do parentesco e da atuação política desses parentes, o que certamente leva a subestimar alguns grupos político-familiares. Identificamos, por vezes, o mesmo sobrenome em políticos da mesma região das lideranças analisadas, mas como não fomos capazes de

apontar a existência e o grau de parentesco com esses agentes, desconsideramos os casos. Algumas genealogias estão amplamente documentadas e nos permitiram uma análise mais apurada da posse do *capital político-familiar*, tal como o caso de Silvestri Filho. Contudo, por outro lado, situações como as de Suzana Leite e do ex-deputado Galo carecem de informações genealógicas, o que nos obrigou a tratar os casos de maneira superficial.

Tratar o “parentesco com políticos” como uma forma de *capital* nos foi útil na medida em que podemos avaliar sua cumulativamente e seu cultivo ao longo do tempo, o que torna possível a comparação de casos distintos, comprovando que existem diferenças significativas relativas à influência que esse recurso pode exercer numa trajetória política. Nesse sentido, entendemos que um agente pode se apoiar com maior ou menor intensidade em seu *capital político-familiar* e combiná-lo com um número maior ou menor de outras formas de recuso sociais politicamente pertinentes, como *capital econômico*, exposição midiática, posição em associações, entre outros.

Um pequeno volume dessa forma de *capital* já é suficiente para garantir alguma familiaridade com a política, podendo facilitar o ingresso de um agente na atividade política, bem como servir de impulsionador de sua trajetória. Evidentemente, situação distinta é a de quem detém grande volume de *capital político-familiar*, por colher os benefícios de pertencer a um grupo político-familiar estruturado e atuante, participando do que Grill (2008) chama de patrimônio político-familiar. Agentes nessa condição podem iniciar na política em cargos mais avançados, realizando uma “entrada por cima” (CORADINI, 2001), dispensando assim o acúmulo de experiências em cargos de menor expressão.

Identificamos casos em que a liderança do Podemos paranaense foi capaz de ultrapassar o alcance e a influência do próprio *capital político-familiar*, como é o caso de Zucchi e Dallagnol, o que implica que a mobilização dessa forma de *capital* nos espaços já alcançados por esses agentes tende a ter pouco ou nenhum efeito. O que não significa que se trate de um recurso sem importância em suas trajetórias, pois, conforme já apontado, a influência desses parentescos políticos em pequenos e médios municípios pode assegurar votos importantes em pleitos municipais e estaduais.

Por fim, lembramos que o critério para contabilidade do *capital político-familiar* deve ter amplitude suficiente para captar vários graus de parentesco, pois considerar apenas parentes ascendentes é insuficiente na compreensão das possibilidades de atuação político-familiar de certos grupos. Em alguns casos, um tio ou um primo pode ter maior proximidade e influência

política que um pai ou mãe, e desconsiderá-los seria perder de vista o que buscamos, a saber, o parentesco com políticos como recurso politicamente pertinente. Há uma multiplicidade de dinâmicas possíveis dentro dos grupos familiares e apenas a avaliação de caso a caso pode nos fornecer subsídios para entender quem é o parente que, direta ou indiretamente, sustenta o capital político-familiar de um indivíduo na política.

Referências

CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da Memória: parentesco e poder. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 85-122, 1994.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Metáforas do Parentesco e a duração em Política. **Revista Textos de História**, Brasilia, v. 3, n. 1, p. 82-103, 1995.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias as funções de representação política (1945-1964). **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 169–198, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643945/11401>. Acesso em: 11 nov. 2024.

COELHO, N. P. **Família e política: capital político-familiar** no Podemos paranaense (2017-2021). 258 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. São Paulo: Relume&Dumará, 2001.

GRILL, Igor Gastal. As bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 10, n. 2, p. 159-197, ago. 2004.

GRILL, Igor Gastal. **“Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFAMA, 2008.

IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021. Brasil: **IBGE**, 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20221212.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

MAIR, Peter. Political parties and democracy: what sort of future? **Central European Political Science Review**, v. 4, nº 13, p. 6-20, 2003.

MAYER, Rodrigo. Crise de Identidade ou reposicionamento da marca? As mudanças de nomes dos atuais partidos políticos brasileiros. **Revista Populus**, v. 12, p. 125-143, 2022. Disponível em:

https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/10601/2022_mayer_crise_iden_tidade_reposicionamento.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 nov. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, nº 3, jul/set, pp. 721-747, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Tt9CxbWZZcc6HQQBKqhnszD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2024.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como Negócio de Família**: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. 1^a ed. São Paulo: LiberArs, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, nº 11, Set/Dez, 2017. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/324/182>. Acesso em: 11 nov. 2024.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Conquista e colonização do Brasil: espaço, natureza e sociedades na longa duração. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 1, p. 03-27, 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A formação do Paraná em 1853. **I Congresso do Brasil Império**, Vassouras, 1995.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VAN BIEZEN, Ingrid. The place of parties in contemporary democracies. **West European Politics**, v. 26, nº 3, p. 171-184, 2003.

Recebido em: 15 out. 2024.

Acesso em: 20 nov. 2024.